



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA

BPN começa a comercializar produtos da Caixa Geral de Depósitos

O BPN DEFENDE QUE SE TRATA de uma campanha pontual, mas remeteu para o início de Janeiro novas informações sobre a ligação cada vez maior entre os dois bancos.

Marta Marques Silva
mmsilva@economicasgps.com

O Banco Português de Negócios (BPN) começou a comercializar dois produtos da Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, que pertence ao grupo Caixa Geral de Depósitos (CGD). O BPN emitiu na sexta-feira

um comunicado onde informa que, desde o dia 9 de Dezembro, disponibiliza aos seus clientes dois Planos Poupança Reforma: o Levexpert PPR - Série D e o PPR Capital Mais, para subscrição até ao final do ano. Os mesmos estão disponíveis para subscrição também através da rede de

balcões da CGD. Embora esta "parceria" possa indicar uma ligação cada vez maior entre as duas instituições, o BPN, através de fonte oficial, esclareceu ao Diário Eco-

Francisco Bandeira,
presidente
do BPN



nómico que esta é uma campanha pontual, já que a época costuma ser marcada por uma forte procura destes produtos de forma a garantir benefícios fiscais. Informou a in-

da que, para já, não estão previstas operações semelhantes, ou seja, a comercialização de quaisquer outros produtos associados à CGD. Quanto à possibilidade de o BPN - sob a gestão da CGD desde a sua nacionalização - vir a ser definitivamente integrado no grupo do banco público, a

mesma fonte remeteu para o início de Janeiro novos desenvolvimentos sobre o tema. "Só no início de Janeiro é que vamos saber de mais alguma coisa". Foram estas as palavras que deixam em aberto a possibilidade de esta não ser apenas uma situação temporária. ■

**A PERSONAGEM**

Imagem do Banco de Portugal vai continuar debaixo de fogo

■ Os últimos tempos não têm sido fáceis para os supervisores dos sistemas financeiros. Há um conjunto de dificuldades que resultam da crise financeira internacional. Os reguladores falharam em toda a linha e não conseguiram prevenir o desmoronar de parte do sistema financeiro internacional. A sua imagem pública está manchada, bem como a credibilidade. O Banco de Portugal também tem de enfrentar estes problemas, mas as causas não são exclusivamente externas. Há factos internos bastante mais corrosivos para a imagem da instituição liderada por



Vítor Constâncio
Governador
do Banco de Portugal

Vítor Constâncio. Nomeadamente, o caso BCP e a nacionalização do BPN. Constâncio tem respondido dentro das limitações impostas por processos que ainda estão a correr. E vai enfrentar um problema adicional no futuro: a lentidão da justiça. Já se percebeu que a resolução destes casos não está para breve. Muita água ainda vai passar por baixo da ponte até uma sentença transitar em julgado. Mais uma questão que não é da responsabilidade exclusiva de Constâncio mas que vai prejudicar a força pública do banco central. **Bruno Proença**



Suspeita. A anterior gestão, liderada por Carlos Horta e Costa, atribuiu a uma empresa do grupo BPN/SLN a renovação da frota automóvel, apesar dos pareceres negativos internos, escolhendo uma proposta mais cara dois milhões de euros

PJ investiga ligações entre ex-CTT e BPN

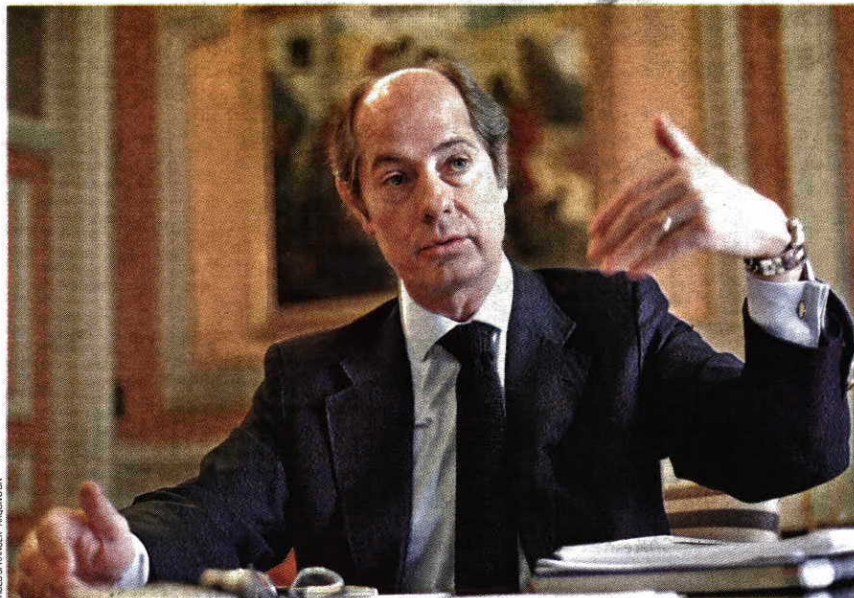
Há ainda suspeitas de manipulação de ficheiros

CARLOS RODRIGUES LIMA

A anterior administração do CTT adjudicou a uma empresa do Grupo BPN/SLN um contrato de fornecimento e manutenção de viaturas ao arrepio de vários pareceres internos. A decisão foi alicerçada num estudo feito por uma empresa, a AutoAliança, que foi constituída no dia seguinte à decisão do conselho de administração dos CTT de abrir o procedimento para a aquisição dos carros. Ainda por cima, o pacto social da AutoAliança refere como objecto da sociedade a "formação, consultadoria e prestação de serviços na área da informática" e nada sobre gestão de frotas.

Este é um dos casos que está a ser investigado pela Polícia Judiciária no âmbito de um inquérito a vários actos de gestão da anterior administração, liderada por Carlos Horta e Costa que, juntamente com Luís Gragoso e Manuel Baptista, já foi constituído arguido no processo. O núcleo central do caso diz respeito à venda de um prédio dos CTT, em Coimbra, cujo negócio terá levado ao pagamento de comissões na ordem dos milhares de euros.

No que toca à aquisição de carros, em regime de AOV (Aluguer Operacional de Viaturas), as suspeitas sobre todo o procedimento foram le-



Carlos Horta e Costa, antigo presidente do CTT, disse que a empresa consultora era "credível"

vantadas por uma auditoria da Inspeção-Geral das Obras Públicas (IGOP). O documento, a que o DN teve acesso, refere mesmo que existem indícios de "contactos privilegiados" entre a anterior administração dos CTT e o grupo BPN/SLN a quem pertencia a empresa responsável pelo fornecimento de viaturas, a Rentilusa.

Apesar de vários pareceres internos que se opunham à decisão, pri-

meiro, de avançar para o regime AOV, e depois para o contrato com a Rentilusa (cuja proposta era dois milhões de euros mais cara que a do segundo concorrente). A anterior administração decidiu avançar na mesma. O estudo apresentado pela consultora AutoAliança (contratada, segundo a IGOP, directamente pelo ex-gestor Manuel Baptista) foi fundamental. Esta empresa só foi constituída a 25 de Janeiro de 2005, "pre-

cisamente no dia seguinte ao da deliberação do Conselho de Administração que determinou o lançamento do procedimento em causa", refere a IGOP. Uma análise ao CD apresentada pela consultora sobre o processo, a inspeção descobriu manipulação de ficheiros: já após ter dado entrada, o ficheiro com a proposta da Rentilusa terá sido trabalhado. Verificou-se que "os valores alterados eram inferiores aos da proposta

original, tanto em suporte de papel como no CD". Segundo as "propriedades" dos documentos, as alterações ocorreram em computadores dos CTT e da Banif Rent, onde, segundo a Segurança Social, trabalhava Paulo Silveira, um dos sócios da AutoAliança. Os três administradores recusaram liminarmente ter cometido qualquer ilegalidade, dizendo mesmo que a AutoAliança tinha "reputação" e *curriculum*. ■



Declarações de Constâncio geram polémica

Crescem as dúvidas sobre o papel do Banco de Portugal no BPN

Os últimos dados sobre o caso BPN, revelados pelo procurador-geral da República no Parlamento, apenas têm um efeito: há mais dúvidas sobre o papel do Banco de Portugal (BdP). Vitor Constâncio garantiu, a 11 de Novembro, também no Parlamento, que só em 2007 é que ouviu falar no Banco Insular de Cabo Verde, uma instituição que está no centro do buraco financeiro do BPN. A frase exacta de Constâncio foi: "Não recebemos,

de 2002 até ao fim de 2007, nenhuma informação de ninguém sobre Banco Insular (BI) ou algo aparentado a isso." Só que, a 10 de Dezembro de 2004, o Ministério Público pediu informações sobre o BI. O supervisor respondeu que a "entidade não consta do nosso registo". O tempo passou e, em Junho de 2007, o MP pede mais informações sobre o BI. O supervisor português respondeu não ter conhecimento do "envolvimento do BI

em operações activas ocasionais" realizadas em Portugal, pedindo ao MP informação para abrir eventuais processos de contra-ordenação. No entanto, a 29 de Junho, o BdP perguntou ao BPN se este tinha "exposição" no Insular. E a 2 de Janeiro deste ano descobriu que, afinal, houve movimentações em Portugal. A primeira, em 2004, envolvendo uma transferência de uma empresa do grupo SLN para uma conta do Insular. ■ -C.R.L.

TRÊS ANOS COM O BANCO INSULAR A PAIRAR NA ÓRBITA DA AUTORIDADE DE SUPERVISÃO LIDERADA POR CONSTÂNCIO

10 DE DEZEMBRO 2004 "A fim de documentar processo em investigação" com suspeitas de crime económico de dimensão internacional", o Departamento Central de Investigação e Acção Penal pediu ao Banco de Portugal informações sobre o Banco Insular. Resposta: não há registo do banco.

15 DE JUNHO DE 2007 O Ministério Público voltou à carga: pediu ao Banco de Portugal novas informações sobre a "existência ou registo de intervenção do Banco Insular em operações activas ocasionais realizadas em território nacional desde 2004". Resposta: "Não temos conhecimento."

29 DE JUNHO DE 2007 Sem se perceber muito bem qual o motivo, o Banco de Portugal enviou um e-mail ao BPN perguntando se este tinha "algum tipo de exposição no Banco Insular". O DN chegou a questionar o BdP acerca das razões deste e-mail. Resposta: só nos locais próprios.

2 DE JANEIRO DE 2008 Afinal, diz o Banco de Portugal em relação ao ofício do MP de 15 de Junho de 2008, há duas transferências que envolvem o Insular. A primeira detectada remonta a 2004 e envolve a empresa Voilpart que transferiu dinheiro de uma conta do BPN para uma do Insular.

5 DE MARÇO DE 2008 MP esclarece que há uma confusão de interesses entre o Banco Insular e sociedades participadas pela SLN - Sociedade Lusa de Negócios. Há suspeitas de concessão de financiamento a projectos em que existem indícios de haver interesses dos accionistas do BPN.



Ligações entre ex-gestores dos CTT e BPN na mira da PJ

A anterior administração dos CTT, liderada por Carlos Horta e Costa, adjudicou um contrato de aquisição de viaturas a uma empresa do Grupo BPN, apesar de pareceres negativos.

A decisão baseou-se na opinião de uma empresa de consultadoria que foi criada no dia seguinte após a administração dos CTT ter decidido a compra dos carros. A equipa de Horta e Costa

Contrato suspeito ficou dois milhões mais caro à empresa

disse que a consultora tinha "reputação" na gestão de frotas. Mas o pacto social da consultora apenas refere a prestação de serviços informáticos.

Economia, pág. 37



GILBERTO MADAÍL GARANTE QUE A RELAÇÃO É APENAS DE CLIENTE-BANCO

Associações questionam aplicações da FPF no BPN



FRANCISCO RIVOTTI

CARLA PEREIRA

■ As associações, nomeadamente a AF Leiria, questionaram ontem – no decorrer da assembleia geral que visava votar o orçamento de 2008/09 [ver pág. 34] – o facto de a FPF ter aplicado uma parte do seu dinheiro no BPN.

Para o líder leiriense Júlio Vieira, o facto de a FPF ter “negócios com o BPN não é bom para a sua imagem”, dada a situação que envolve o banco.

Esta crítica leiriense encontrou ecos em outras associações, pelo que tal reparo mereceu, obviamente, uma explicação por parte do presidente Gilberto Madaíl: “A Federação tem apenas uma relação de cliente-banco para com o BPN.”

Por seu lado, Carlos Lamas Pacheco, “vice” para a área financeira, optou por dar uma justificação mais exaustiva sobre o assunto: “A Federação tem o dinheiro em contas à ordem e a prazo. Antes de aplicar o dinheiro consulta

sempre quatro bancos e na altura o BPN era o que dava a taxa mais alta. Ainda assim, as nossas aplicações estão divididas em dois ou três bancos. A nossa relação com o BPN é uma relação normal entre um banco e um cliente.”

PICARDIAS. Um dos diálogos mais animados da AG teve como protagonistas o líder da AF Leiria, Júlio Vieira, e Joaquim Evangelista, presidente do Sindicato dos Jogadores. Júlio Vieira, acérrimo defensor do associativismo, acusou Evangelista de nunca “ter formado um jogador ou incrementado a prática desportiva. Só quer aparecer nos jornais e na televisão. Quanto é o seu ordenado? Eu não recebo nada!”

Joaquim Evangelista, em resposta a Vieira, recordou que nenhuma associação teve a “iniciativa de criar um fundo para ajudar os jogadores que não recebem ordenado, como sucedeu com o Sindicato de Jogadores.” □

BPN ■ DECORREM QUATRO PROCESSOS CONTRA A INSTITUIÇÃO BANCÁRIA

Ministério Público sem preparação

■ Procurador-geral da República diz que o MP não está preparado para lidar com crimes económicos e pede mais cooperação com o Banco de Portugal

● PEDRO H. GONÇALVES

O Ministério Público não está preparado nem especializado para lidar com crimes económicos e financeiros." A afirmação foi feita pelo procurador-geral da República (PGR) ontem no Parlamento.

Pinto Monteiro foi ouvido pelos deputados da comissão de Orçamento e Finanças e admitiu que "o sucesso no combate ao crime económico tem sido relativamente pouco". O PGR afirmou, ainda, que o Ministério Público "precisa de ter a humildade de reconhecer que precisa de ajuda".

Garantindo que não se trata de pedir mais meios, Pinto Monteiro diz que é necessária uma "cooperação mais estreita" entre o Ministério Público e os órgãos de supervisão, nomeadamente o Banco de Portugal, para lidar com este tipo de criminalidade. No entanto, apesar de não pedir meios, o PGR recordou que tem "25 inspectores tributários a trabalhar na 'Operação Furacão', mas também tenho dois milhões de documentos contabilísticos para investigar", salientando que "megaprocessos resultam em mega-absoluções".

Pinto Monteiro revelou que o Ministério Público enviou um ofício ao Banco de Portugal (BdP) em 2004 onde pedia informações sobre o Banco Insular de Cabo Verde, ao qual o BdP respondeu que não teria qualquer registo desse banco. As causas estavam dúbidas a respeito de um negócio de venda de terrenos num processo que estava a correr no DCIAP e que não estava relacionado com o BPN, instituição que tem 4 processos a decorrer. ■

Combate à criminalidade económica com poucos sucessos



Pinto Monteiro reservou a tarde de ontem para esclarecer deputados



Oliveira e Costa foi ouvido

Oliveira e Costa ouvido

● O ex-patrão do BPN, José Oliveira e Costa, foi ontem ouvido no Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) pelo magistrado Rosário Teixeira. O CM sabe que têm surgido factos novos no inquérito, relacionados com informações prestadas pelo próprio, que negociou a sua entrega às autoridades. Uma das razões para que se entregasse voluntariamente terão sido os receios que sentia pela sua

SAIBA MAIS

● CONTRADIÇÃO

O governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, sempre afirmou que nunca recebeu informações do Ministério Público a respeito do Banco Insular.

● 30

empresas aceitaram a dívida ao Fisco revelado pela 'Operação Furacão' e pagaram os 60 milhões de euros. O Ministério Público propõe agora o arquivamento para as empresas.

● 450

Perto de 450 entidades estão a ser investigadas no âmbito da 'Operação Furacão'. O PGR defende que tem de "emagrecer" este processo.

● BANCO INSULAR

A instituição bancária foi, durante anos, utilizada pelo BPN para esconder das autoridades os milhões de euros em perdas.



PINTO MONTEIRO FALOU HOJE NO PARLAMENTO SOBRE O BPN

Primeiras dúvidas já vêm de 2004

O procurador-geral da República (PGR) revelou ontem no Parlamento que o Ministério Público enviou um ofício ao Banco de Portugal em 2004 onde requeria informações sobre o Banco Insular de Cabo Verde.

Pinto Monteiro, que foi hoje ouvido pela Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças, afirmou que o Banco de Portugal respondeu pos-

teriormente que não tinha qualquer registo do Banco Insular.

O pedido de informação teve lugar no âmbito de uma investigação a uma empresa portuguesa, que o PGR não identificou, e que tinha negócios com o Banco Insular. Em causa estavam dúvidas sobre um negócio de venda de terrenos e que não estava relacionado com o BPN, adiantou Pinto Monteiro. ■

ID: 23191984

20-12-2008

Ministério Público pediu dados do Insular ao BP em 2004

Parlamento. Desde 2004 que o Banco Insular era investigado pelo MP

EVA CABRAL

O procurador da República, Pinto Monteiro, confirmou ontem aos deputados da Comissão de Orçamento e Finanças que já em 2004 o Ministério Público enviou ao Banco de Portugal um ofício a pedir informações sobre o Banco Insular, de Cabo Verde, que posteriormente veio a ser notícia no âmbito do processo que levou à nacionalização do BPN. O pedido de informação foi enviado pelo Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) a 10 de Dezembro de 2004, e teve lugar no âmbito de uma investiga-

ção a uma empresa portuguesa – que o procurador, expressamente, não identificou – e que na altura tinha negócios com o Banco Insular. Estes negócios passavam pela venda de terrenos num processo que estava a correr no DCIAP e que, segundo Pinto Monteiro, não estava relacionado com o BPN.

Recentemente o governador do Banco de Portugal, Vitor Constâncio, referiu em entrevista à RTP emitida a 24 de Novembro que apenas teve conhecimento de ligações entre o BPN e o Insular em 2007, sendo que o banco apenas reconheceu controlar a instituição cabo-verdiana em Junho de 2008, já após a saída do anterior presidente, José de Oliveira e Costa – o ad-

ministrador está actualmente detido em prisão preventiva por suspeitas de burla e branqueamento de capitais, entre outros crimes.

A divulgação destes factos levou ao protesto imediato por parte de Francisco Louçã, do Bloco de Esquerda, que considerou a resposta de Vitor Constâncio “paradoxal, surpreendente e inaceitável”.

Também Nuno Melo, do CDS/PP, relacionou os ofícios do DIAP com as recentes declarações do governador do Banco de Portugal. “Então o Governador do Banco de Portugal afirma ao País que nunca houve rumores e nós agora percebemos uma troca de correspondência entre o DCIAP e o BP” desde 2004 com referência a “uma in-

CASO BPN: PCP PEDE DOCUMENTOS

O PCP pediu ontem, nos termos da comissão de inquérito parlamentar, documentos relacionados com o caso BPN. Honório Novo, do PCP, exigiu documentação, quer do Banco de Portugal, quer do BPN, bem como das auditoras que ao longo dos anos deram assessoria ao banco agora nacionalizado. Na extensa lista de documentação figura, ainda, pedidos aos ministérios da Administração Interna e das Finanças.

investigação sobre infracção económico-financeira de dimensão internacional, envolvendo o Banco Insular”, questionou o deputado popular. Recorde-se que o Insular foi controlado de forma ilícita pelo BPN. Pinto Monteiro referiu aos deputados ter falado recentemente com o seu homólogo de Cabo Verde, a pedido deste, e que a situação está a ser alvo de inquérito por parte das autoridades do arquipélago.

Apesar das recentes polémicas em torno das faltas dos deputados, quando chegou pontualmente à Comissão, o PGR apenas o tinha a receber o respectivo presidente, Jorge Neto, logo seguido por um deputado do PS. A reunião começaria, com quórum, apenas um quarto de hora depois. ■



BPN

Procurador sem meios para investigar crimes

➔ O Procurador Geral da República (PGR), Fernando Pinto Monteiro, afirmou, ontem, no Parlamento, que o Ministério Público não está preparado para lidar com a criminalidade económica e financeira.

Perante a Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças, Pinto Monteiro disse que o Ministério Público “não está preparado, nem especializado para lidar com este crime”, devido à sua complexidade. “Eu nunca peço mais meios. O que digo é que fazemos o que podemos com os meios que temos”, explicou o Procurador, acrescentando que, actualmente, tem “25 inspectores tributários a trabalhar na operação Furacão”, mas que também tem “dois milhões de documentos contabilísticos para investigar”.

Pinto Monteiro foi ouvido pelos deputados a respeito do caso BPN, e pediu mais articulação entre o Ministério Público e as



Fernando Pinto Monteiro foi ouvido no Parlamento sobre o caso BPN

entidades de supervisão: Banco de Portugal (BdP), Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e o Instituto de Seguros de Portugal.

O Procurador revelou, ainda, que o Ministério Público enviou

um ofício ao BdP, em 2004, onde requeria informações sobre o Banco Insular de Cabo Verde e que recebeu do regulador a resposta de que não tinha qualquer registo do Banco Insular.

O pedido de informação em

causa, que foi enviado pelo Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) a 10 de Dezembro de 2004, teve lugar no âmbito de uma investigação a uma empresa portuguesa, que o Procurador não identificou, e que tinha negócios com o banco de cabo-verdiano.

Recorde-se que o BPN só reconheceu que controlava o Insular em Junho de 2008, após a saída do anterior presidente, José de Oliveira e Costa, que actualmente se

Ministério Público questionou BdP sobre o BPN e o Insular de Cabo Verde em 2004

encontra detido em prisão preventiva por suspeitas de burla e branqueamento de capitais, entre outros crimes.

Recentemente, o governador do BdP, Vítor Constâncio, garantiu que a entidade de supervisão só teve conhecimento de ligações entre o BPN e o Insular em 2007, e que nunca recebeu informações do Ministério Público a respeito do Banco Insular de Cabo Verde.

Neste momento, correm quatro processos na PGR relacionados com o BPN. ■

Accionistas da SLN recebem **juros** do aumento de capital

Investidores vão ser ressarcidos do investimento de 100 milhões de euros, com juros, num **prazo máximo de sete anos**

OS ACCIONISTAS da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) vão receber, com juros, o dinheiro que aplicaram no aumento de capital do grupo, anulado na assembleia-geral (AG) de quinta-feira. Em causa está uma primeira tranche de 100 milhões de euros – aplicada antes do BPN ser nacionalizado – que agora será devolvida em forma de emissão obrigacionista. Os investidores vão passar a deter esta emissão e ser reembolsados, com juros, num prazo máximo de sete anos. Com a nacionalização do banco, deixa de fazer sentido o investimento que os accionistas estavam dispostos a fazer na instituição e, desta forma, os detentores da SLN conseguem recuperar algum investimento que fizeram para tentar 'salvar' o BPN.

A anulação do aumento de capital – que seria feito em três tranches de 100 milhões de euros cada – foi um dos pontos aprovados pelos accionistas na reunião magna da SLN, que durou cerca de sete horas.

Os accionistas decidiram ainda processar judicialmente antigos administradores da SLN que exerceram funções antes de 20 de Junho de 2008 – ou seja, a equipa liderada por Oliveira e Costa –, «relativamente aos quais tenham sido ou venham a ser detectadas irregularidades». Também aprovado foi o plano traçado pela administração de Miguel



Miguel Cadilhe viu aprovados todos os pontos que levou à AG da SLN | LUSA

Cadilhe, que prevê a venda de activos da SLN – como o negócio dos cimentos, dos seguros e o agro-alimentar –, preservando apenas o Grupo Português de Saúde.

As auditorias encomendadas pelo antigo ministro das Finanças detectaram perdas que totalizam 950 milhões de euros. Este valor – 200 milhões referem-se à área não financeira e mais de 740 milhões re-

ferem-se a perdas no BPN – não foi divulgado pelos ex-gestores da instituição. Oliveira e Costa, que abandonou a presidente do BPN em Fevereiro alegando razões de saúde, já está em prisão preventiva. O Ministério Público conta com a sua colaboração para identificar os principais beneficiários das irregularidades alegadamente cometidas através de *offshores*.



SLN processa ex-administradores

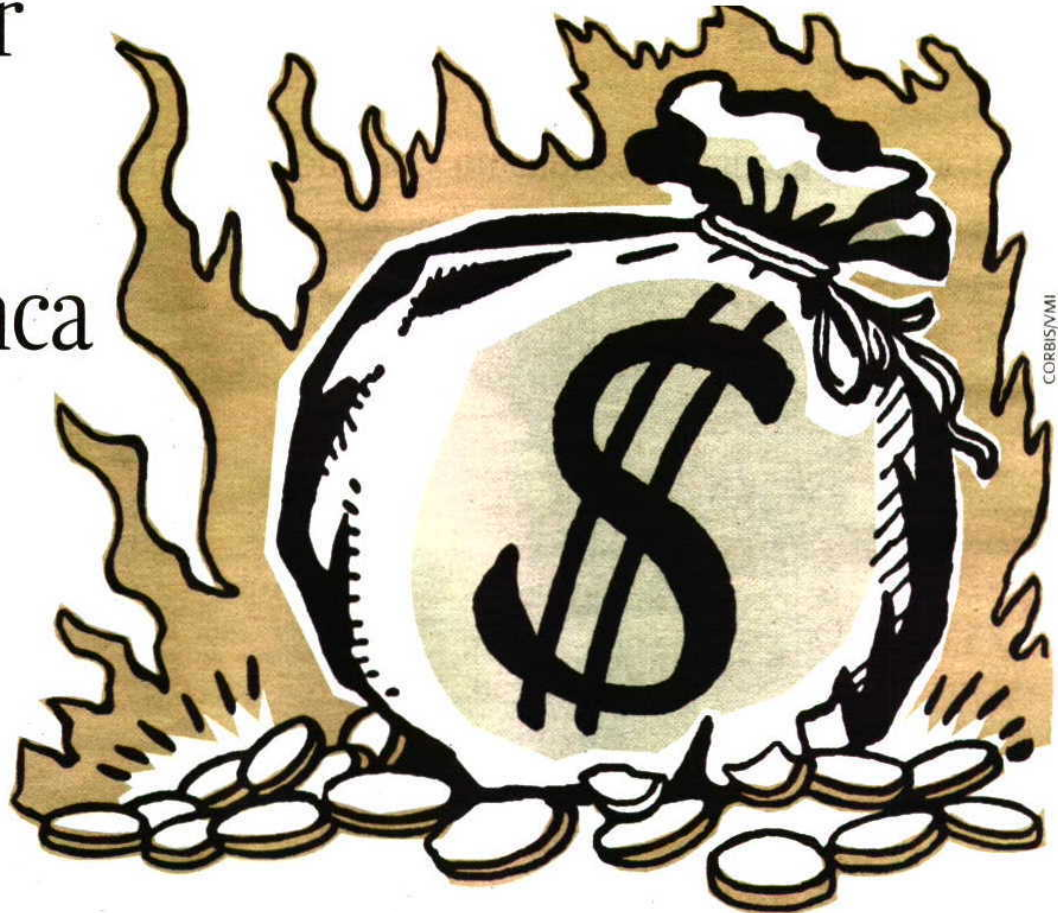
OS ACCIONISTAS da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) vão avançar com um processo judicial contra os ex-administradores do grupo. Na assembleia-geral de quinta-feira, os investidores decidirão ainda a anulação do aumento de capital. Os accionistas vão ser ressarcidos do investimento feito, com juros, no prazo máximo de sete anos. O objectivo é minorar as perdas que tiveram com a nacionalização do BPN. **ÚLTIMA**



Cem por Cento Nicolau Santos

nsantos@expresso.pt

Brincar com o fogo na banca



CORBIS/VM

O primeiro-ministro e o ministro das Finanças têm-se desmultiplicado em declarações sobre a necessidade de a banca não fechar as portas do crédito às famílias e às empresas. Teixeira dos Santos admite mesmo que bancos que tenham recorrido à garantia do Estado para obter financiamentos e não os estejam a passar à economia possam vir a perder essa garantia.

José Sócrates e Teixeira dos Santos estão sob pressão intensa. Por um lado, a situação económica não cessa de se degradar e o espectro de que a deflação possa instalar-se no mundo ocidental apavora qualquer dirigente político. Por outro, figuras tutelares do PS como Mário Soares, Jorge Sampaio e Manuel Alegre criticam o Governo pela nacionalização do BPN, pela ajuda ao BPP e pelo apoio ao sector bancário, enquanto empresas de outros sec-

tores vão à falência. E à esquerda, PCP e BE carregam nas tintas por o Executivo estar a pôr a mão por baixo dos ricos.

Bom, em primeiro lugar, nem tudo está na mesma. Um banqueiro está preso (Oliveira Costa), outro foi forçado a demitir-se (João Rendeiro), há 9 acusados no caso BCP, um banco foi comprado (BPN) e outro está nos cuidados intensivos (BPP).

Em segundo, o crédito à economia está em forte abrandamento, porque nem as empresas investem nem as famílias compram ou consomem. Ora os bancos não podem emprestar quando os agentes económicos não estão interessados em endividar-se. Em terceiro, a dificuldade em financiar-se vai levar os bancos a subir os spreads. Depois, há quem queira crédito — mas a avaliação do risco que os bancos fazem a essas empresas é demasiado elevado para que seja concedido.

E ninguém espera que os bancos emprestem dinheiro a quem achem que nunca o vai pagar. Em seguida, haverá bancos que estão muito curtos de liquidez, pelo que não podem conceder crédito sem colocar em causa os seus rácios. Finalmente, até agora só houve um banco que já obteve financiamento ao abrigo das garantias de Estado, a Caixa Geral de Depósitos. Há outros dois, BCP e BES, que já têm o processo aprovado, mas ainda não avançaram. Por isso, a ameaça de Teixeira dos Santos só tem, neste momento, um destinatário.

Na semana passada houve um sinal desconfortável. A CGD foi

José Sócrates e Teixeira dos Santos devem fazer todas as críticas aos bancos — mas não em público

ao mercado e não conseguiu obter a totalidade dos 1.250 milhões que pretendia — apesar de ser um banco público e o financiamento dispor de garantia estatal. A explicação benévola é que estamos no Natal. A outra é bem mais preocupante e tem a ver com a avaliação cada vez mais crítica que os analistas vêm fazendo aos países do Sul da Europa, como Grécia, Itália e, depois, Portugal.

Ora não é preciso explicar a ninguém a catástrofe que será uma economia sem acesso ao crédito ou que só o obtém a preços exorbitantes. E por economia entenda-se famílias, empresas, bancos e Estado. E é por causa disto que José Sócrates e Fernando Teixeira dos Santos devem moderar drasticamente as suas declarações sobre o facto de haver bancos que não estão a fazer chegar o crédito às empresas — para lhes dizer tudo isso e muito mais no recato dos gabinetes ministeriais.

BANCA



Dinheiro A indesejada crise está a ter pelo menos um efeito: alertar para a complexidade de alguns produtos financeiros

A revolta contra os banc

ANABELA C. CAMPOS,
ISABEL VICENTE e PEDRO LIMA

Primero foi o 'escândalo' BCP, envolvendo aumentos de capital irregulares, que conheceu finalmente as acusações do Banco de Portugal (BdP) na semana passada.

Depois — estava-se a adivinhar — veio o Banco Português de Negócios (BPN), num processo que culminou com a nacionalização da instituição e a prisão preventiva do seu ex-presidente, José Oliveira Costa, alvo de suspeitas de gestão fraudulenta e um conjunto alargado de crimes financeiros.

Recentemente rebentou o caso do Banco Privado Português (BPP), com muitos clientes a virem a terreno queixar-se de que foram enganados e a porem a nu eventuais problemas de gestão.

A gravidade da situação no BCP e no BPN levou mesmo a que houvesse abertura de processos de acusação no Ministério Público.

Os portugueses estão cansados de assistir a 'casos' — uns de maior gravidade do que outros — dentro do sector financeiro, e olham com desconfiança crescente para o sistema. É certo que a banca sempre teve má imagem: desde as questões abertas com práticas consideradas abusivas pelo Governo — como o arredondamento dos juros — aos lucros que muitos consideram chorudos e aos salários milionários dos seus gestores. Mas em nenhuma ocasião como esta, o sector financeiro terá sido encarado com tanta suspeita. A fraude ao estilo 'Dona Branca' congeminada pelo norte-americano Bernard Madoff, considerada a maior de sempre (ver texto na página 14), é um dos exemplos mais recentes e mais esclarecedores de que mesmo as pessoas apontadas de que mais credíveis podem deixar de o ser de um momento para o outro.

Em Portugal, sucedem-se os casos de pessoas que se sentem lesadas pela actuação da banca, devido a falta de informação e de transparência no relacionamento com os clientes. Uma situação que começa a tornar-se clara à medida que a crise se agrava e as pessoas se inteiram das suas operações bancárias.

O Expresso tem recebido nos últimos dias algumas queixas, sobretudo de clientes do BPP, que julgavam que tinham as suas poupanças em depósitos a prazo ou em produtos de capital garantido, e que agora se deparam com aplicações em activos de risco. Situações que podem configurar a falta de transparência quando se vendem produtos financeiros num país em que a illiteracia financeira tem ainda alguma expressão significativa.

Os números de queixas de clientes de bancos apurados pelo BdP no primeiro semestre do ano mostram a tendência de aumento das reclamações: foram 4570 contra as 3182 de igual período do ano passado. As principais queixas di-

zem respeito às contas de depósito (911), atendimento e instalações (863) e crédito à habitação (742). Números que terão crescido nas últimas semanas, nomeadamente depois da nacionalização do BPN e da intervenção no BPP.

Na Deco, até final de Novembro, o número de reclamações sobre serviços bancários superou as oito mil. Mas em todo o ano de 2007 a associação de defesa do consumidor tinha recebido mais de nove mil reclamações, segundo fonte oficial.

Na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), supervisor dos fundos de investimentos, o volume de queixas também tem crescido. Até porque este é um dos sectores mais expostos à derrocada do mercado de capitais.

É importante frisar, todavia, que alguns clientes nunca se preocuparam em perceber de forma rigorosa em que produtos estavam a investir e que muitos terão sido atraídos por taxas de retorno elevadas. E que agora, com a sucessão de problemas na banca, começa-

ram a olhar para esses produtos com mais atenção.

Algumas das queixas que o Expresso tem recebido reflectem ainda um longo caminho a percorrer no sentido de uma maior transparência e explicação dos produtos que os bancos vendem aos seus clientes. Há casos de pessoas reformadas que aplicaram o seu dinheiro em depósitos a prazo que afinal são produtos estruturados sem que tivessem ideia disso, até porque na documentação entregue nada dizia que tinham activos como obrigações ou mesmo acções. Outros viram o seu investimento aplicado em produtos diferentes do que o que tinham contratado, porque chegada a maturidade do investimento, o banco reinvestiu o dinheiro em outro activo em vez de o colocar à ordem, sem que o cliente desse autorização. E mesmo casos em que a ficha de produto faz alusão a obrigações quando na realidade o cliente tem na sua carteira acções, entre outras situações.

Mas a banca esteve também sob fogo



Batalha jurídica no BPP avança em força

Clientes vão avançar com procedimento cautelar contra BPP. Suspensão do pagamento sustentada em deliberação do BdP

Um grupo de clientes do Banco Privado Português (BPP) vai avançar com um procedimento cautelar não especificado contra o banco fundado por João Rendeiro. O objectivo é conseguir que o tribunal ordene o pagamento de poupanças feitas como se de depósitos a prazo se tratasse, mas que não constam do balanço por terem sido aplicadas em outro tipo de activos à sua revelia ou sem ter sido prestada a devida informação. Ao que tudo indica, estas operações deviam estar registadas no balanço do banco, mas não estão, o que levanta também questões de falhas de reporte que o Banco de Portugal (BdP) devia

ter detectado, segundo o parecer de um economista à sociedade de advogados que agrega as queixas dos clientes do BPP, reunidos numa associação. Trata-se dos mesmos clientes que estão a avançar com queixas-crime contra Rendeiro, o administrador do banco Paulo Guichard e o director de operações, Paulo Lopes.

Miguel Henrique, advogado que representa os queixosos (70 clientes na quinta-feira), explica que o objectivo do procedimento cautelar é "garantir o pagamento aos clientes que aplicaram as suas poupanças no BPP, pensando que estavam a subscrever um depósito a prazo, antes que o dinheiro injectado pelo consórcio de bancos se esgotar". O advogado vai pedir ao tribunal que analise os produtos: "Os clientes não vão pagar pelo facto de a contabilidade feita pelo ban-



co colocar estes produtos fora do balanço, e a actual administração não desbloquear os pagamentos defendendo-se no facto de só poder pagar passivos dentro do balanço", defende. Deixa também em aberto uma eventual responsabilização da auditora do BPP, a Deloitte, que, na sua opinião, se não viu, devia ter visto o que o banco andava a colocar fora do balanço. Avizinha-se assim uma batalha jurídica contra o BPP em duas frentes. A queixa-crime contra os anteriores ges-

tores e a questão levantada sobre onde devem figurar estes investimentos com retorno absoluto.

Por outro lado, a decisão de suspensão do pagamento aos clientes da gestão de carteira do BPP está sustentada numa deliberação do BdP de 1 de Dezembro através da qual foi aberto espaço para a administração do banco optar por não pagar, ao "dispensar o BPP durante um período de três meses, do cumprimento pontual de obrigações anteriormente contraídas no âmbito da actividade de gestão de patrimónios, na medida em que tal se mostre necessário à reestruturação e saneamento da instituição".

A situação está, aliás, a gerar algum desconforto na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, que não foi consultada e só teve conhecimento da situação a 16 de Dezembro. I.V./A.C.C.

CMVM só acusa no caso BCP após o Natal

O regulador do mercado apenas deverá responsabilizar ex-gestores depois do Natal, para que todos sejam notificados em simultâneo

A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) está ainda a deliberar sobre o apuramento de responsabilidades dos ex-administradores e quadros do BCP envolvidos na teia de sociedades sedeadas em paraísos fiscais («offshores») que foram utilizadas para compras de acções próprias financiadas pelo próprio banco.

As acusações do regulador do mercado de capitais dizem respeito a mais de 30 «offshores» e a grande questão será apurar quem esteve na arquitectura deste esquema e montou as operações que utilizaram testas-de-ferro para figurar co-

mo beneficiários das «offshores» (casos de José Gomes Ferreira ou Frederico Moreira Rato, entre outros), além de outras sociedades detidas pelo próprio BCP. O apuramento das responsabilidades de cada ex-gestor e quadro do BCP que a CMVM está a ultimar deverá ser enviado aos visados apenas após o Natal.

O leque de acusações deduzidas deverá alargar-se a um universo mais vasto do que as acusações já feitas pelo Banco de Portugal (BdP), segundo apurou o Expresso. Uma estratégia que é, assim, diferente da seguida pelo supervisor bancário. Na sexta-feira da semana passada, à noite, o BdP entregou cartas com acusações genéricas a três ex-presidentes do BCP — Jardim Gonçalves, Paulo Teixeira Pinto e Filipe Pinhal —, quatro ex-administradores — António



Rodrigues, Christopher de Beck, Alípio Dias e António Castro Henriques — e dois altos quadros — Luís Gomes (chefe de gabinete do conselho geral e de supervisão) e Filipe Abecassis (que desempenha funções no centro corporativo do banco) —, por irregularidades cometidas no âmbito dos processos de investigação desencadeados há um ano. No mesmo dia seguiu também a acusação para o BCP, quer por parte do BdP quer por parte da CMVM.

Entre os ex-administradores ilibados encontram-se Francisco Lacerda, Alexandre Bastos Gomes, Boguslaw Kott e Alexandre Magalhães, que viram os seus processos arquivados por parte do BdP.

Os ex-administradores e quadros do BCP acusados têm agora 30 dias para se defenderem e só depois disso o supervisor bancário informará sobre as medidas a aplicar a cada arguido. Embora as acusações tenham sido enviadas de forma genérica, nem todos serão penalizados da mesma forma.

Entretanto, a CMVM comunicou ao Ministério Público outros factos, entre os quais indícios de utilização de informação privilegiada com acções do BCP, falsificação de contas e subscrição de acções próprias acima do limite legal de 10%. I.V.

BPI entre os catalães e os angolanos

La Caixa tem 29,22% e vai reforçar. Angolana Santoro comprou 9,69%. Itaú e Allianz mantêm posições. Até quando?

Como se não bastasse a compra sistemática de acções do BPI pelo banco catalão La Caixa, a entrada em grande de Isabel dos Santos — filha do Presidente angolano José Eduardo dos Santos — no capital do banco português, além de animar a sua cotação, ameaça alterar o equilíbrio de forças entre accionistas.

O Expresso sabe que a negociação entre o BCP e os angolanos foi feita sem conhecimento do BPI, embora o presidente deste banco, Fernando Ulrich, seja defensor da parceria.

Isabel dos Santos, através da Santoro, comprou os 9,69% que o BCP tinha no

BPI, por €1,88 cada acção. Um preço interessante para o BCP, na medida em que no dia em que o acordo foi anunciado — a passada quarta-feira — as acções do BPI fecharam nos €1,41. Mas desastroso, se tivermos em conta o preço a que as acções foram compradas pelo BCP quando lançou a OPA sobre o BPI. Com efeito, mais de metade das acções foram compradas ao Santander em 2007 por €6,45 cada. Embora não tenha sido divulgada a menos-valia da operação, esse valor é no mínimo de €200 milhões.

A Santoro tornou-se o terceiro maior accionista do BPI, atrás do La Caixa, que tem 29,22%, e do brasileiro Itaú (19,9%). O quarto maior accionista passou agora a ser a alemã Allianz (com 9%). O La Caixa praticamente duplicou a sua parti-



cipação desde que, em Março de 2006, o BCP lançou a OPA sobre o BPI. Na altura tinha 16,1%, mas no início de 2007 já ia nos 25%. Uma posição que lhe permitia, sozinha, bloquear a OPA, já que uma das condições de sucesso da oferta era a compra de 82,5% do BPI, pois só esta participação permitia desblindar os estatutos do banco. Durante a OPA, Paulo Teixeira Pinto, o presidente do BCP à altura, chegou a dar como certa a aceitação da oferta pela Allianz e pelo Itaú.

Mas a feroz oposição do La Caixa era suficiente para deitar por terra a ambição de controlar o BPI.

Hoje, numa conjuntura de crise financeira gigantesca, quer o Itaú quer a Allianz vivem momentos muito diferentes. O banco brasileiro avançou para uma fusão com o Unibanco, dando origem ao maior banco do hemisfério sul. Já a Allianz, apanhada na turbulência financeira, vendeu recentemente o Dresdner Bank e é de admitir que possa vender outros activos, pelo que não é de excluir que a posição no BPI seja para vender. A seguradora registou nos primeiros nove meses do ano lucros de €667 milhões — uma queda de 90,9%. Em cima da mesa está, praticamente desde o início do ano, a venda pelo BPI dos 35% que tem na Allianz Portugal. N.S./P.L.

OS

esta semana depois de o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, ter deixado em aberto a hipótese de retirar as garantias criadas para ajudar os bancos, caso estes continuem a não financiar as empresas. Os avals foram criados para que os bancos fizessem chegar dinheiro à economia real, mas há empresas que os têm acusado de recusarem sistematicamente financiamentos.

Em surdina, os bancos rejeitam a acusação mas não tomam posição pública sobre o assunto. E há também quem ter em conta que o único banco que até agora recorreu ao aval foi a Caixa Geral de Depósitos, que avançou com uma emissão de €1,2 mil milhões com algum esforço, decorrente da dificuldade de colocação da dívida nesta altura do ano, mesmo com o aval do Estado. Os outros bancos que já aderiram à garantia — BES e BCP — ainda não têm as suas operações estruturadas e só deverão avançar com emissões de dívida no primeiro trimestre de 2009.

Aumento de capital na CGD surpreende

Estado reforça capital da Caixa três vezes num ano. Intervenção no BPN e apoio a outros bancos poderá estar a forçar operação

O primeiro-ministro, José Sócrates, surpreendeu esta semana o país com o anúncio de um novo aumento de capital na Caixa Geral de Depósitos (CGD): €1000 milhões. É o terceiro reforço de capital do banco estatal no espaço de um ano. Em Dezembro de 2007, já em plena crise do crédito de alto risco, foram injectados no banco €550 milhões. Meses depois, em Outubro, a venda de participações da CGD na REN e nas Águas de Portugal, permitiu encaixar mais €390 milhões.

A informação sobre a operação é nula e sobre os motivos deste reforço escassa.

Sócrates limitou-se a afirmar que o aumento de capital servirá para melhorar os rácios financeiros do banco. Mas não explicou porque é que havia necessidade de o fazer agora ou se os rácios de solvabilidade estavam ou não pressionados, devido ao esforço que a Caixa tem estado a fazer na sequência da intervenção no BPN e no apoio a outras instituições financeiras, em particular o BPP. Dados recolhidos pelo Expresso há três semanas apontavam para financiamento de mil milhões ao BPN.

Fonte oficial do Ministério das Finanças limitou-se a afirmar que "a decisão do aumento de capital da CGD foi tomada no âmbito da função accionista do Estado e será discutida em Assembleia Geral, cuja data ainda não está marcada".



Já a Caixa diz apenas que a operação "poderá ainda ocorrer no presente exercício", esclarecendo todavia que é uma decisão do Estado. Por clarificar ficaram questões sobre o eventual incumprimento de crédito de clientes, nomeadamente nos empréstimos para compra de acções que terá ascendido nos últimos dois anos a centenas de milhões de euros. Só no caso do financiamento dos accionistas do BCP — Joe Berardo, Ma-

nuel Fino, Goes Ferreira e Pedro Teixeira Duarte — os valores rondam, segundo o 'Público', os €500 milhões. Além disso, no primeiro semestre a CGD registava menos-valias potenciais com a posição de 3,3% no BCP de €182 milhões.

Francisco Bandeira, vice-presidente do banco público, refere que o aumento de capital permite "dotar a CGD dos rácios de capital ao nível das novas exigências do Banco de Portugal, sem colocar em causa o crescimento da instituição, nomeadamente no desenvolvimento da estratégia internacional, nem a crescente necessidade de assumir a estratégia de financiamento às pequenas e médias empresas". A hipótese de a Caixa estar a olhar para oportunidades em Espanha poderá estar em cima da mesa. A.C.C.

BANCA

em ebulição

O sector financeiro continua sob pressão e à medida que rebentam os escândalos na banca, quer em Portugal quer no exterior, a desconfiança aumenta. **O número de queixas tem aumentado**



Cientes do BPP accionam providência cautelar



Acusações da CMVM no caso BCP após o Natal



BPI de novo ao rubro, entre angolanos e catalães



Reforço de €1000 milhões na Caixa surpreende

Um grupo de clientes do BPP quer que o tribunal ordene o pagamento de poupanças feitas como se depósitos se tratasse mas que não constam do balanço do banco por terem sido aplicadas noutra tipo de activos. O objectivo é garantir o reembolso. **P2**

O leque de acusações deduzidas pela CMVM a ex-administradores e quadros do BCP está tomada e a ser ultimada pelo conselho directivo do regulador. Mas a notificação dos ilícitos que caberá a cada um só deverá ser comunicada depois do Natal. **P2**

A compra de 9,69% pelos angolanos da Santoro reabre a especulação em torno do futuro do BPI, à medida que a La Caixa vai reforçando a sua posição no banco. O presidente do BPI, Fernando Ulrich, não sabia da entrada dos angolanos mas defende a "parceria". **P2**

Os aumentos de capital na CGD começam a fazer parte da rotina do banco público. Recompôr rácios, ajudar a economia — mas também resolver os problemas dos outros bancos — é a justificação. Mas o valor — €1000 milhões — é considerado surpreendente. **P2**



Cadilhe vence contestação na SLN

Accionistas dão luz-verde a ações contra ex-gestores. Ficam em aberto processos contra o Estado

Quando se previa que Joaquim Coimbra, um dos principais accionistas da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), causasse problemas por ter bloqueado as ações da SLN Valor através de uma providência cautelar, o advogado André Luiz Gomes, representante do Banco Privado Internacional — com sede em Cabo Verde e com cerca de 1,8% do capital da SLN — foi o grande protagonista da Assembleia Geral desta quinta-feira. Ainda assim os accionistas acabaram por apoiar maioritariamente a equipa de Cadilhe nos pontos votados.

Joaquim Coimbra acabou por ceder quanto ao bloqueio das ações da SLN Valor (que representa cerca de 45% do capital da SLN) para que pudesse ser votada e aprovada a anulação do aumento de capital, deixando cair a providência cautelar.

Entre algumas das revelações feitas aos accionistas, Cadilhe fez questão de falar sobre a participação da SLN numa sociedade imobiliária — OPI — que de-



Cadilhe enfrentou uma maratona de mais de 7 horas no plenário de accionistas FOTO LUÍS FAUSTINO

tém vários terrenos, entre os quais um em Rio Frio, e que é detida por um testa-de-ferro. Mas o capital e os terrenos que reúne pertencem à SLN e à SLN Valor. Uma situação que Cadilhe está a tentar regularizar prometendo trazer para dentro da SLN este activo.

André Luiz Gomes, que representou Joe Berardo nas AG do BCP, em plena guerra de poder neste banco, levantou dúvidas a respeito de quase todos os pontos da ordem de trabalhos.

Questionou Miguel Cadilhe sobre se este tinha conhecimento do "tamanho do buraco" do Banco Insular, quando avançou com o aumento de capital, questões que eram colocadas em surdina por alguns accionistas. E obrigou com isso a que Cadilhe se referisse à acta da AG da SLN de 20 de Junho, na qual este foi aclamado pelos accionistas para presidir ao grupo. Desta constava um discurso de Abdool Vakil, presidente interino cessante, alertando para o facto

de existir um clima de "crispação" com o Banco de Portugal, de haver perguntas dos supervisores às quais não tinha conseguido responder com "consequências graves na liquidez do grupo" e de problemas que se prendiam "com a assunção formal de uma actividade do grupo em Cabo Verde do qual iriam resultar necessidades adicionais e substanciais de fundos". Cadilhe defendeu-se referindo que a dimensão da situação não estava diagnosticada e que a sua

equipa só no final de Julho, já decorria o aumento de capital, soube por via de uma auditoria que mandou fazer que havia um buraco de €360 milhões em Cabo Verde. A AG aprovou a anulação do aumento de capital e decidiu que os créditos dos accionistas que acorreram à primeira tranche seriam objecto de reembolso mediante a recurso a uma emissão obrigacionista com taxa de juro e condições a definir de forma a evitar o pagamento imediato do capital injectado pelos accionistas. A operação harmónio — redução do capital com o subsequente aumento — não foi sequer a votação. Também as opções estratégicas de Cadilhe para a SLN, foram aprovadas por 92% das ações com direito de voto.

Outro dos pontos importantes — ações judiciais contra membros de órgãos sociais que tenham participado em irregularidades que causaram danos à SLN — foi aprovado por esmagadora maioria. É neste ponto que Cadilhe confirma a existência de uma providência cautelar sobre alguns ex-responsáveis do grupo e que recaí sobre os bens de José Oliveira Costa e mulher, Francisco Sanches e António Franco, que até ao fecho da edição não foi apreciada. Em aberto e por conta dos accionistas fica a entrada de ações contra o Estado por causa da nacionalização do BPN.

ISABEL VICENTE

ivicente@expresso.imprensa.pt

Coimbra ainda não pagou 'Sol'

O negócio de compra da participação de 33,33% da Cofina no semanário 'Sol' por Joaquim Coimbra — um dos accionistas de referência da SLN e do BPP — não está concretizado. O Expresso apurou que Coimbra ainda não pagou a Paulo Fernandes os €1,5 milhões que tinha acordado quando o negócio foi fechado, em 22 de Novembro. Antes de concretizar o acordo, Coimbra já controlava 16,66% do jornal liderado por José António Saraiva, uma posição detida via JVC Holding. Segundo soube o Expresso, o empresário não está a conseguir financiar a compra. A Cofina, dona de títulos como 'Correio da Manhã', 'Sábado' e 'Jornal de Negócios', tinha pago pelos 33,33% do 'Sol', em Dezembro de 2007, cerca de €2,5 milhões. Com este negócio, Paulo Fernandes ficaria a perder €1 milhão. Mas Paulo Fernandes, que há alguns meses estava em rota de colisão com a direcção do semanário, preferiu desfazer-se da participação. Agora aguarda pelo cumprimento do contrato. O Expresso contactou Joaquim Coimbra sem sucesso. A Cofina não comenta. A.C.C./I.V.

BPN

Ex-gestores do BPN e SLN vão ser processados

A SLN aprovou a entrada de acções judiciais contra ex-responsáveis do grupo que tenham cometido irregularidades, proposta pela equipa de Miguel Cadilhe. Em aberto, ficam os processos contra o Estado por causa da nacionalização do BPN.

P11



João Paulo Dias

Cabo Verde investiga BPN por suspeitas de branqueamento

A Procuradoria Geral da República cabo-verdiana abre inquérito para investigar o triângulo Banco Insular/BPN/SLN-CV.

LÍGIA SIMÕES | lsimoes@economicasgpps.com

A Procuradoria-Geral da República (PGR) de Cabo Verde está a investigar o Banco Português de Negócios (BPN), proprietário do Banco Insular, por suspeitas de utilização do território para lavagem de capitais. O inquérito foi aberto em Dezembro, na sequência de um pedido do governo cabo-verdiano, que apresentou vários indícios. Entre eles constam os movimentos de crédito suspeitos entre o Banco Insular de Cabo Verde e o BPN, e que envolvem montantes da ordem dos 360 milhões de euros. A investigação foi atribuído carácter de urgência e estende-se ainda à Sociedade Lusa de Negócios que esteve, em 2006, envolvida em Cabo Verde num processo ligado ao investimento turístico. A revelação foi feita ao Semnário Económico pelo procurador-geral da República cabo-verdiano, José Tavares, que avançou ainda pretender utilizar mecanismos de cooperação judiciária com Portugal.

“Foi aberto um inquérito com base em indícios de operações realizadas em Cabo Verde, com total desrespeito pelo que é imposto pela lei de lavagem de capitais vigente neste país”, avançou José Tavares, admitindo que a investigação em curso “indicia forte conexão com o processo em curso em Portugal”.

De acordo com este responsável, o inquérito surge após um pedido de investigação por parte do governo cabo-verdiano, liderado por José Maria Neves, baseado em factos que levaram à abertura da instrução.

Júlio Tavares avança que, com base neste pedido, “foi feita a radiografia e conclui-se que havia fortes indícios”, nomea-

damente de branqueamento de capitais.

“Eventualmente, passaram por Cabo Verde transacções em montantes que obrigariam as entidades envolvidas a comunicar ao Ministério Público cabo-verdiano, conforme é imposto pela nossa lei de lavagem de capitais, que prevê aquela comunicação para transacções superiores a um milhão de escudos cabo-verdianos (8.229 euros)”, afirma.

Questionado sobre as datas, montantes, e entidades nelas envolvidas, este responsável diz não ter ainda “informação concreta”, não escondendo que a investigação conta, à partida, com o referencial de cerca de 400 milhões de euros de irregularidades no Banco Insular detectadas pelo Banco de Portugal (BdP).

Para além de avaliar se as operações do Banco Insular constituem crimes, nomeadamente de branqueamento de capitais, em causa poderão estar ainda, segundo José Tavares, outros indícios. Sobre outros tipos de crimes, Júlio Tavares é peremptório: “não excluo nenhuma hipótese no momento”.

“Nesta investigação, procuro utilizar mecanismos de cooperação judiciária entre Portugal e

Ex-membros do governo cabo-verdiano e personalidades ligadas às sociedades visadas poderão vir a ser ouvidas pela PGR portuguesa.

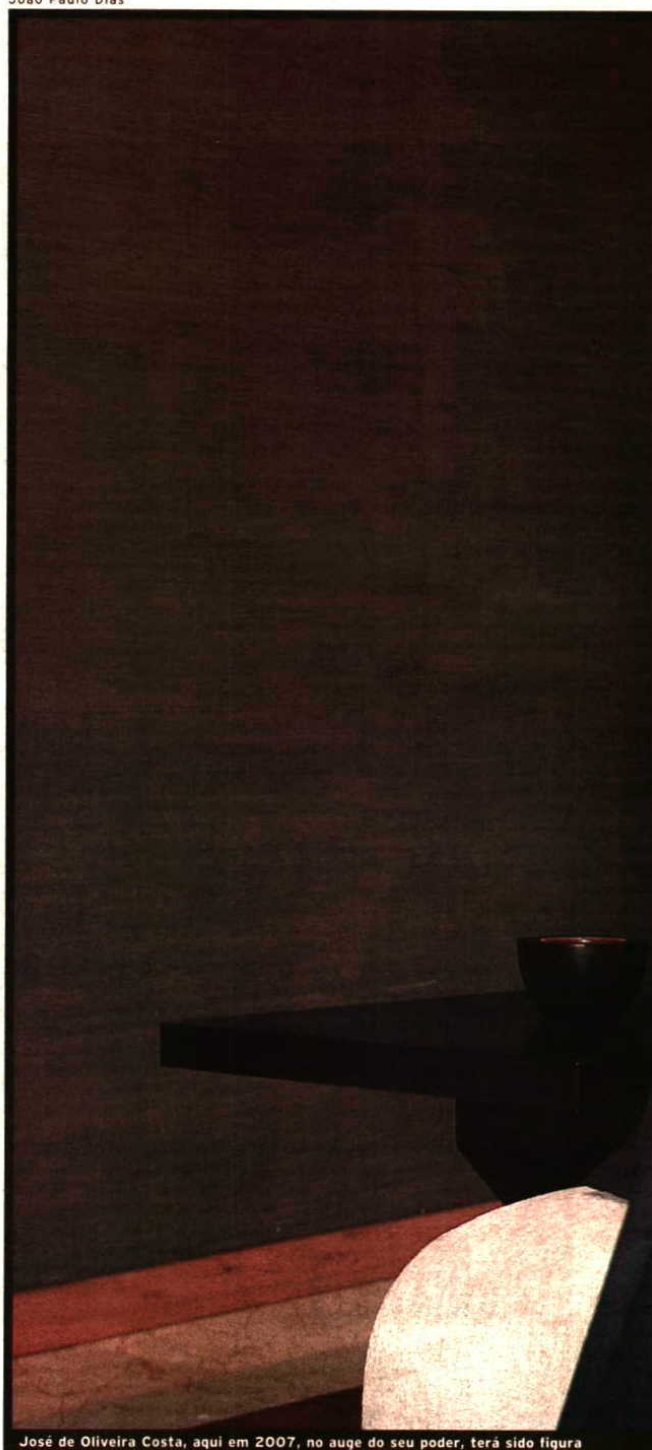
Cabo Verde para conseguir terminar o inquérito num prazo razoável”, realça. Questionado sobre este prazo, Júlio Tavares adianta que atribuiu “carácter de urgência logo à partida, devido ao interesse público de Cabo Verde”.

A este respeito explica que mais do que uma questão de dinheiros públicos, estão em causa “bens jurídicos”. Isto é, se foi violada a lei de lavagem de dinheiro.

O inquérito da PGR de Cabo Verde surge numa altura em que há quatro processos relacionados com o caso do BPN a correr no Ministério Público português. Todos estão relacionados com suspeitas de irregularidades no banco. Paralelamente, correm ainda seis outros processos no BdP, onde há vários ex-gestores da SLN arguidos. Neste último caso, estão a ser investigados indícios de branqueamento de capitais, prestação de informações falsas e violação do dever de informação, falsificação de contabilidade e incumprimento de regras contabilísticas.

Ex-membros do governo cabo-verdiano e personalidades ligadas às sociedades visadas poderão vir a ser ouvidas no âmbito das investigações em curso na PGR portuguesa. A possibilidade foi admitida ao Semnário Económico por fonte judicial.

Oficialmente, a PGR garantiu ao nosso jornal que a entidade liderada por Pinto Monteiro ainda não tomou essa iniciativa. “Não foi ainda enviada qualquer carta rogatória. Será pedida às autoridades de Cabo Verde toda a colaboração que se venha a mostrar necessária”, avançou fonte oficial. ■



José de Oliveira Costa, aqui em 2007, no auge do seu poder, terá sido figura

Os alvos do inquérito da

O Banco Insular (BI) começou a ser investigado, em Junho, pelo Banco de Cabo Verde, tendo na altura sido detectadas irregularidades. Foi também no Verão que o Banco de Portugal (BdP) foi informado do relacionamento entre o BPN e o Insular, bem como de um conjunto de operações de crédito num balcão virtual, com perdas de 700 milhões de euros que levaram à nacionalização do banco português. Instituição que ocultou durante vários anos - 2002 a 2008 - o facto de controlar o Banco Insular.

Entre 2005 e 2007, o Insular transferiu mais de 360 milhões para o Brasil. Grande parte destinou-se a financiar empresas brasileiras ligadas ao universo da SLN. Um montante significativo daquela verba foi canalizado para a Ergi, uma imobiliária brasileira que, até Dezembro de 2006, fez parte do universo de empresas ligadas à SLN. Mas como foi só em 2008 que o BPN assumiu a propriedade do BI, o volume de transferências indicia um financiamento encapotado do próprio BPN à empresa que pertenceu ao mesmo grupo.



Entrevista

Júlio Tavares

“O governo solicitou uma investigação”

LÍGIA SIMÕES
lsimoes@economicasgps.com

O novo Procurador-geral da República de Cabo Verde, Júlio César Martins Tavares revela, em conversa telefónica, que tem em mãos uma investigação que envolve o BPN, o Banco Insular e a SLN-Cabo Verde. Fala ainda sobre o contrato de gestão entre a SLN e a empresa cabo-verdiana de desenvolvimento turístico.

A Oposição cabo-verdiana voltou a requerer que sejam investigados com urgência os actos de todos os agentes (públicos, privados, e políticos) que permitiram a assinatura do contrato de gestão entre a SLN-CV e a SDTIBM. A iniciativa é justificada com base no “silêncio” da PGR. A queixa foi, ou não, analisada? Compreendo a reacção dos políticos. Mas o Ministério Público não pode andar a reboque dessas leituras. Os assuntos quando estão a coberto do segredo de justiça não posso franquear esta porta. O tempo da justiça não se coaduna com o tempo da política.

O “silêncio” pode ser interpretado no sentido de não ter sido dado seguimento à queixa?

Não pode haver essa interpretação. O MP cabo-verdiano está ligado ao princípio da objectividade, pelo que todas as queixas são avaliadas e se constituir notícia de crime fica obrigado a abrir instrução. Agora, neste caso, não podemos avançar se foi aberta instrução, pois estamos obrigados ao segredo de justiça.

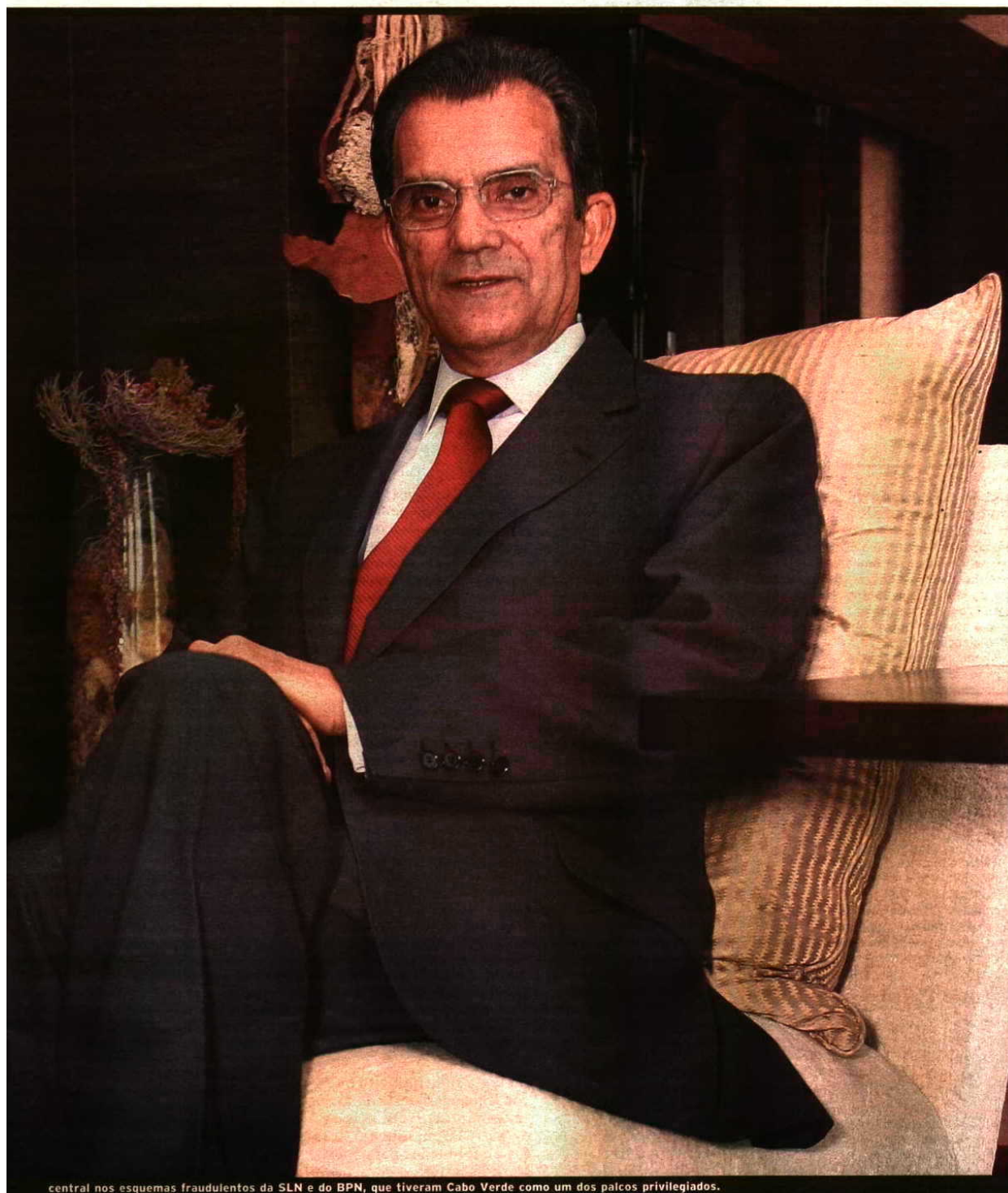
Mas a ministra das Finanças, Cristina Duarte, já deu conta da existência de “graves ilegalidades” no contrato que, aliás, acabou por ser anulado... A única coisa que posso dizer é que já tomámos posição, tendo proferido um despacho.

O caso do Banco Insular também merece a sua atenção?

O governo cabo-verdiano solicitou, este mês, uma investigação a todo o dossier. Mandei abrir um inquérito ao triângulo BPN/SLN-CV/Banco Insular. ■



Júlio Tavares, PGR de Cabo Verde



central nos esquemas fraudulentos da SLN e do BPN, que tiveram Cabo Verde como um dos palcos privilegiados.

justiça cabo-verdiana

E, como oficialmente até este ano, o BI não era do BPN, as suas contas não estavam reflectidas no banco português.

Este tipo e operações terá em muito contribuído para o buraco no BI que, segundo uma carta da administração do BPN ao Banco de Portugal (de 2 de Junho de 2008), rondaria os 400 milhões de euros. A referida carta, da autoria da administração de Abdool Vakíl, que precedeu a de Miguel Cadilhe, revela ainda a sociedade que controla o BI: a Insular Holdings, sediada em Londres.

Identidade que durante anos foi ocultada através de uma offshore de Gibraltar, a Fiduciary Group, que detinha por sua vez a Insular Holdings.

Já os accionistas da Insular são, precisamente, José Vaz Mascarenhas, presidente do conselho de administração do BI, e os vogais José Luís Fernandes Lopes (que chegou a ocupar o cargo de embaixador nos EUA e foi administrador da SLN Cabo Verde), Sérgio Centeio, Casimiro Taveira e João Gourgel. Os dois primeiros, segundo uma fonte ligada à Justi-

Entre 2002 e 2008, o BPN ocultou o facto de controlar o Banco Insular que transferiu, em dois anos, mais de 360 milhões de euros para o Brasil.

ça de Cabo Verde, têm fortes ligações ao actual governo da aquele país africano (ver texto na página 38).

Outro dos alvos da investigação da PGR de Cabo Verde é a Sociedade Lusa de Negócios que esteve, em 2006, envolvida no país num processo ligado ao investimento turístico, através da Sociedade de Desenvolvimento Turístico Integrado das ilhas da Boa Vista e do Maio, que acabaria com a saída do governo do então ministro da Economia, João Pereira da Silva. ■



SLN - Cabo Verde suspeita de corrupção

Contrato de gestão com empresa de desenvolvimento turístico chegou à Procuradoria Geral da República.

LÍGIA SIMÕES lsimoes@economicasgpps.com

A SLN - Cabo Verde, é uma das empresas do grupo SLN, que está na mira da justiça cabo-verdiana. Em causa está um contrato de gestão assinado com a Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boavista e Maio (SDTIBM), assinado em Janeiro de 2006, e que tinha por objectivo o lançamento de projectos imobiliários para aquelas duas ilhas. Um negócio que envolvia um grande esforço financeiro para a SDTIBM, de capitais públicos, e que atribuía plenos poderes de gestão à SLN. Desde a sua assinatura, o contrato suscitou viva contestação na sociedade cabo-verdiana.

O caso foi denunciado, no final de 2006, à PGR de Cabo Verde pelo Movimento para a Democracia (MpD), da Oposição cabo-verdiana. Na queixa são apontados crimes de abuso de poder, infidelidade administrativa, pacto contra interesses societários, corrupção passiva e tráfico de influência. Uma polémica que cedo estalou e levou à demissão do então ministro da Economia, João Pereira Silva.

"Trata-se de um monstruoso contrato de gestão que dá a gestão das infra-estruturas à SLN, permitindo negociar e vender terrenos da primeira linha de Boavista e Maio, que valem ouro. E não tem contrapartidas nacionais", afirmou ao Semanário Económico Jorge Santos, presidente do MpD, realçando que quando o contrato foi assinado a SLN "não estava sequer

CUSTOS DO CONTRATO POR QUANTIFICAR

Um ano depois de celebrado o contrato entre a SLN e a SDTIBM, este acabaria por ser anulado. Por quantificar estão ainda, segundo o líder do MpD, Jorge Santos, "os custos para o país". No ar paira ainda a dúvida: "houve lugar a indemnização à SLN?". A polémica em torno deste negócio está a abrir uma verdadeira crise política em Cabo Verde com a subida de tom das acusações do MpD de envolvimento do primeiro-ministro, José Maria Neves, na celebração de um contrato. Este, segundo Jorge Santos, "manifestamente ilegal e prejudicial para o país", realçando aqui que as responsabilidades políticas imputadas ao seu governo "não podem pura e simplesmente ser branqueadas apenas porque o contrato foi rescindido". Garante que ficou sem explicação os "milhões de euros já gastos e comprometidos com este contrato".

legalmente constituída em Cabo Verde".

Em Janeiro de 2007, o MpD voltou a requerer, "perante o silêncio da PGR", que sejam investigadas com "urgência e rigor, os procedimentos de todos os agentes, públicos e privados, políticos ou simplesmente administrativos, que permitiram a assinatura desse monstruoso contrato de gestão e outras manobras subsequentes".

Lê-se na carta do MpD que essa urgência da investigação "justifica-se ainda mais, quando se sabe que esse contrato, tão danoso, continua a ser executado e, ao abrigo dele, continuam a ser feitas avultadas transferências da SDTIBM para a SLN - Cabo Verde, somando, de Fevereiro a Novembro de 2006, pelos menos, 760 mil euros".

No novo alerta, é evocada uma carta da ministra das Finanças, Cristina Duarte, que vem requerer a investigação criminal, trazendo novos dados, que reforçam os indícios apontados pelo MpD. A referida carta, a que o Semanário Económico teve acesso, confirma a existência de pareceres jurídicos que "comprovam a existência de graves ilegalidades e de aspectos menos interessantes do contrato, alguns eventualmente inaceitáveis no que toca ao desequilíbrio em termos de contrapartidas recíprocas".

No documento enviado, a 6 de Dezembro de 2006, ao presidente da SDTIBM, Lucídio Mo-

reira, Cristina Duarte reclama urgência no início da renegociação entre as partes. Mais, chega a estabelecer como "condição prévia" a revogação da procuração que atribuiu os mais amplos poderes aos cinco membros da direcção executiva da sociedade.

A ministra das Finanças cabo-verdiana levanta a questão dos poderes de representação do anterior presidente do conselho de administração da SDTIBM, João Medina Livramento, para sozinho vincular a sociedade.

Um mês depois, a administração da SDTIBM, deu por nulo o contrato celebrado, em Janeiro de 2006, com a SLN - Cabo Verde, pela anterior administração.

"Acontecimentos e pronunciamentos públicos subsequentes de representantes do accionista Estado sobre uma possível alteração do modelo de gestão da SDTIBM e o estabelecimento de um novo quadro referencial de parcerias" não permitiram a concretização da renegociação desse contrato de gestão, acrescenta a carta da SDTIBM, datada de 2 de Fevereiro de 2007.

No texto fica implícito que as consequências desta denúncia serão imprevisíveis, pois o CA da SDTIBM manifesta "total disponibilidade" para "negociar com justeza as consequências resultantes da situação criada pela presente denúncia e eventualmente a celebração de uma nova parceria". ■

João Paulo Dias



Pinto Monteiro revelou ontem, na Comissão

Presidente do Insular foi assessor do governo

O presidente do Movimento para a Democracia (MpD), Jorge Santos, desmonta as ligações entre o presidente da SLN - Cabo Verde, cargo que acumula com a presidência do Banco Insular, e o Governo de José Maria Neves. É apontado um documento enviado em 5 de Dezembro de 2006 pelo próprio presidente da SLN - Cabo Verde, José Vaz de Mascarenhas, para o grupo parlamentar do MpD,

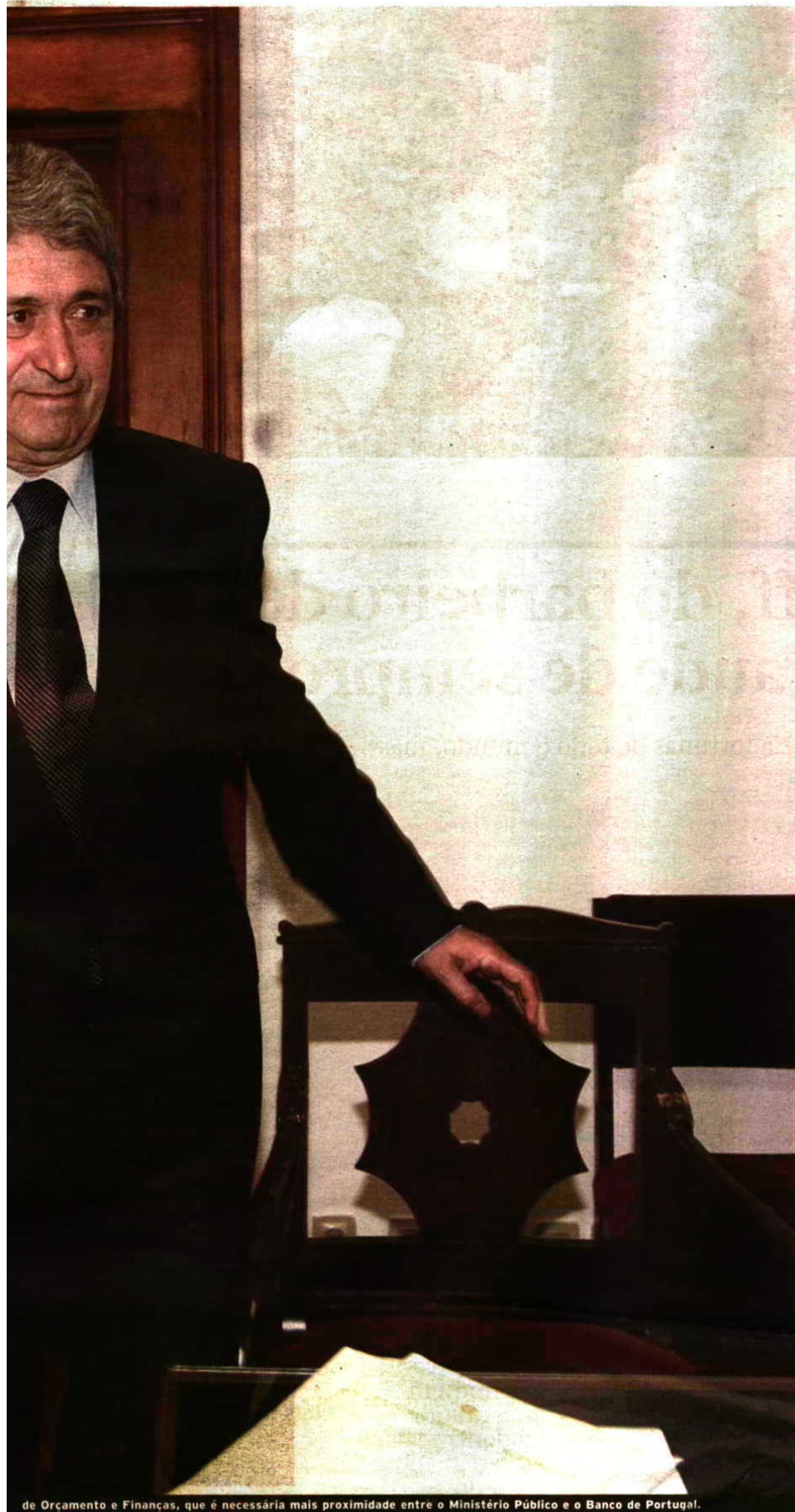
dando esclarecimentos a propósito do "contrato leonino" assinado entre as duas sociedades. Segundo os esclarecimentos de José Mascarenhas, "foi confiada, por contrato, à SLN - Cabo Verde, empresa do grupo SLN, que desde 2004 trabalhava intensamente com o Governo cabo-verdiano na preparação do seu lançamento, em todos os planos necessários: da redacção de projectos legislativos à ela-

boração de estudos preliminares sobre os requisitos de infra-estruturas e planeamento".

Deste modo, acusa o presidente do MpD, enquanto José Vaz de Mascarenhas, em 2005, dava assessoria jurídica ao ministro das Finanças João Serra, em simultâneo, na SLN, "trabalhava intensamente" com o Governo na "redacção de projectos legislativos".

O MpD denuncia ainda o envolvimento directo do governo,

com "beneplácito" do primeiro-ministro José Maria Neves, no negócio entre a SLN - Cabo Verde e a SDTIBM. O depoimento do presidente da SLN - CV avança dados a este respeito. Num seminário realizado em Setembro de 2005, encerrado pelo primeiro-ministro, José Maria Neves, "dele recebemos ordem de avançar com prontidão e eficiência para a realização do ambicioso projecto". ■



Banco Insular na mira do Ministério Público desde 2004

O Ministério Público solicitou informações ao Banco de Portugal sobre o Banco Insular, em 2004.

SANDRA ALMEIDA SIMÕES
ssimoes@economicasgqs.com

O primeiro alerta sobre o Banco Insular de Cabo Verde foi lançado em Dezembro de 2004. Na altura, o Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) enviou um ofício ao Banco de Portugal (BdP), onde solicitava informação sobre o Banco Insular, para documentar um processo em investigação criminal. Em causa estava “uma infracção económico financeira de dimensão internacional”.

O supervisor financeiro respondeu dias depois: “A entidade designada por Banco Insular, não consta no nosso registo”.

Mais tarde, já em Junho de 2007, o Ministério Público questionou novamente o regulador sobre a existência de comunicação ou registo do Banco Insular, em operações activas ocasionais, realizadas em território nacional desde 2004. Um mês mais tarde, a entidade liderada por Vitor Constâncio responde: “não temos conhecimento do envolvimento do Banco Insular em operações activas ocasionais realizadas em território nacional”, pode ler-se nos documentos entregues ontem pelo Procurador-Geral da República aos deputados no Parlamento.

Agora quase quatro anos depois, num ofício de Janeiro deste ano, o Banco de Portugal admite que foram detectadas transferências de fundos que envolvem o Insular, que remontam precisamente a 2004.

A correspondência enviada pelo supervisor ao DCIAP dá conta de duas transferências de fundos que envolvem o Banco Insular. A primeira consistiu numa transferência ordenada no dia 1 de Abril de 2004, no valor de 11 milhões de euros e a segunda, no valor de seis milhões de euros, no dia 28 de Junho de 2004.

Em declarações ao Diário Económico, fonte oficial do Banco de Portugal esclarece que, na altura, “era incomportável analisar dezenas de milhões de transferências efectuadas diariamente na banca nacional. Para além

disso, a referência ao Insular não aparecia associada a nenhuma outra instituição bancária”. A mesma fonte revela ainda que as transferências foram detectadas apenas no âmbito de inspeções regulares ao sistema bancário nacional. “Devido aos pedidos de informação efectuados anteriormente, o BdP já estava alertado sobre o Insular e quando detectou movimentos comunicou ao Ministério Público”.

Pinto Monteiro revelou ao Banco de Portugal que estava em causa “a confusão de interesses com sociedades participadas pela Sociedade Lusa de Negócios e financiamentos concedidos a projectos onde se indicia existirem interesses de accionistas do BPN”, lê-se no ofício datado de Março deste ano.

Recentemente, o Governador do Banco de Portugal afirmou que apenas teve conhecimento de ligações entre o BPN e o Insular em 2007, a primeira vez em que o Insular surgiu nas contas do banco e apenas como um pagamento. E, nesta altura, questionaram o BPN, que disse então tratar-se de uma relação normal com um cliente, neste caso, um banco de Cabo Verde. ■

Para o Ministério Público estava em causa uma “infracção económico financeira de dimensão internacional”.

PGR PEDE COOPERAÇÃO

PINTO MONTEIRO QUER MAIOR ARTICULAÇÃO ENTRE A ENTIDADE DE SUPERVISÃO E O MINISTÉRIO PÚBLICO

O Procurador-Geral da República reconheceu ontem a necessidade do reforço da cooperação e da proximidade entre o Ministério Público e o Banco de Portugal. Relativamente ao BPN, Pinto Monteiro afirmou ontem, à saída da Comissão de Orçamento e Finanças, que a

“intercomunicação entre o Banco de Portugal e o Ministério Público não foi grande coisa”. No entanto, o Procurador diz que considera que a investigação (consequente da comunicação entre as duas entidades) avançou o mais rapidamente possível.



Editorial Em plena crise, a palavra-chave é confiança. Pedem-na os políticos e os banqueiros. Mas sucessivamente vemos quebrar-se a confiança nuns e noutros

Uma questão de confiança

O escândalo com Bernard Madoff, ex-presidente do Nasdaq, revelou-se mais um tiro na confiança no sistema financeiro. Mas rapidamente as autoridades americanas actuaram e colocaram o autor da fraude de mais de 35 mil milhões de euros em prisão domiciliária com uma pulseira electrónica. Entre a denúncia e a detenção mediaram sete dias. É por isso que, apesar de tudo, os EUA são ainda inspiradores do mundo em variados sectores.

Entre nós, podemos recordar os episódios do BCP, que apesar de ter nove administradores sob suspeita do Banco de Portugal não tem, por ora, ninguém acusado pela Justiça, ou, pior ainda, o enorme escândalo do BPN em que a detenção de Oliveira Costa se seguiu a um rol de irregularidades provadas sobre a má gestão do banco.

A confiança dos mercados e dos cidadãos não se conquista sem ser pela ideia de que todo o crime é castigado. Infelizmente, em Portugal, a ideia de que a impunidade campeia é bastante superior àquela que devia imperar: de que toda a má acção terá consequências.

É sabido que os políticos se escudarão na Justiça e que os agentes da Justiça se escudarão nos políticos. Uns e outros terão razão, mas sem um acordo entre eles que torne o Estado eficaz e implacável na aplicação das leis, dificilmente será retomada a confiança. Sem que se possa esperar em Portugal o que se passou com Madoff (nem que multipliquemos por 10 os prazos), manteremos a ideia de que o crime, desde que bem feito, pode compensar.

Retomar a confiança é urgente para sair da crise. Sem a primeira, a segunda torna-se interminável. Será, pois, avisado que, ao mesmo tempo que se injecta dinheiro e se fazem projectos, se ataque o problema também pelo lado da celeridade da Justiça. De forma a inocular quem é inocente e a castigar quem é culpado.

Santana

Ao confirmar a escolha de Santana Lopes para a Câmara de Lisboa, o que pretende a liderança do PSD? Não, certamente, sublinhar a mudança na condução do partido (Menezes faria o mesmo). Não, seguramente, privilegiar uma política séria e sustentada (Santana, apesar do sucesso do túnel, deixou Lisboa cheia de dívidas). Não, provavelmente, pela proximidade com o candidato (esta direcção afirmou-se contra o 'santanismo'). Resta a resposta mais básica: demagogia pura para ganhar votos e, talvez, uma Câmara.

Sapatos contra Bush

Tornou-se parte do anedotário o par de sapatos atirado ao ainda Presidente dos EUA. Pelos vistos, há muito quem goste de bater em 'mortos', mas poucos que se atrevam se os visados ainda estão no auge do seu poder. Pior do que isso é a falta de consciência da gravidade do acto do jornalista (sublinhe-se a profissão). Aproveitar esta condição para manifestar uma posição política numa conferência de Imprensa é, do ponto de vista ético, deplorável.



Fernando
Madrinha

fmadrinha@expresso.pt

A ARROGÂNCIA DA BANCA

Como funcionam e para que servem os bancos? Muhamed Yunus, Nobel da Paz e fundador do banco dos pobres, responde assim: “O sistema bancário tradicional é cego a qualquer consideração que não seja o lucro dos seus dirigentes e accionistas”. A sucessão de escândalos a que assistimos nos últimos meses mostra com toda a clareza o que quer dizer o célebre economista do Bangladesh. O sistema só pensa no lucro e, quanto aos procedimentos, parece-se cada vez mais com o ‘sistema’ de que falam os homens do futebol. Na lógica da banca, a única verdade do jogo é a ganância sem limites, através da especulação desenfreada, quando não da fraude ao mais alto nível, como se viu agora, de novo, com o fundo Madoff e com os exemplos portugueses do BCP, do BPN e do BPP.

Sendo este o seu mais forte impulso genético, custa a crer que o ‘sistema’ se compadeça com empresas em dificuldades, como pretende o Governo, ou que os bancos se deixem agora conduzir por preocupações sociais. Só o farão se isso for negócio e quando não tiverem outras prioridades, como as de consolidarem as suas próprias contas.

Não admira, pois, que, apesar do aval do Estado, tarde a chegar às empresas o fluxo financeiro de que elas precisam, mas que, em contrapartida, os bancos continuem a impingir crédi-

tos pessoais com juros do mais puro agiotismo, como denunciou Francisco Louçã no Parlamento. Esta é a lógica do ‘sistema’ e por isso o Governo tem de recorrer ao banco público para tentar compensar o fracasso dos seus apelos aos privados — bem podem os defensores da privatização da Caixa Geral de Depósitos meter a viola no saco por muitos e bons anos.

Não há motivações sociais na lógica da banca, pois a suprema verdade do jogo é o lucro sem limites

A banca assumiu um poder tal que tem o Estado e a sociedade inteira como reféns. Por isso qualquer quadro superior do BES se permite o desplante de acusar o Governo de «bluff» — ainda que a palavra lhe tenha sido sugerida por quem o entrevistou — quando o ministro das Finanças ameaça retirar o aval aos bancos se estes não cumprirem a sua parte do compromisso. No fundo, foi a arrogância de todo o sector que falou pelo responsável do BES em causa, ainda que ele só tenha dito o que todos já percebemos: que o Governo nada manda e pouco pode contra os interesses do ‘sistema’. Isto apesar de o mesmo ‘sistema’ andar de calças na mão a pedir o apoio do Estado.



Pinto Monteiro revela que o Banco Insular estava sob suspeita do Ministério Público desde 2004

Ana Brito

● O procurador-geral da República revelou ontem aos deputados da Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças que o Banco Insular de Cabo Verde estava sob suspeita do Ministério Público desde 2004.

Na audição parlamentar de Novembro, quando foi chamado a prestar contas sobre a actuação do Banco de Portugal (BdP) no caso BPN, Vítor Constâncio admitiu que só tomou conhecimento da existência do Insular e da sua ligação ao grupo SLN/BPN em 2007, “quando apareceu a primeira referência” a uma relação “na análise de um dossier de crédito”.

Na audição de ontem, Pinto Monteiro explicou que as investigações ao banco cabo-verdiano começaram por um processo a correr no Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), mas ainda sem que tivesse sido identificada qualquer relação com o BPN. Ainda assim, o caso dizia respeito a “uma infracção económica financeira de dimensão internacional, cometida de modo organizado”.

Isso mesmo revelou o DCIAP ao BdP, numa carta datada de Dezembro de 2004, em que se questionava

o supervisor bancário sobre uma “autorização ou pedido” do Insular para operar em Portugal.

Este foi o início de uma troca de correspondência entre o Ministério Público e a instituição presidida por Vítor Constâncio sobre o banco cabo-verdiano, que decorreu entre 2004 e Março de 2008. Foi nesta data que o DCIAP informou Constâncio que estava de facto a investigar a actividade desenvolvida em Portugal pelo Insular e que em causa estava a “confusão de interesses” com sociedades participadas pela Sociedade Lusa de Negócios e “financiamentos concedidos a projectos onde se indicia existirem interesses de accionistas do BPN.”

À primeira carta do DCIAP (Dezembro de 2004), o BdP respondeu (nesse mês) que o Insular não contava do registo de instituições habilitadas à prática bancária. Mas o DCIAP voltou a insistir sobre o assunto em Junho do ano passado, quando questionou a entidade supervisora sobre “operações activas ocasionais” do Insular em Portugal.

Numa primeira resposta (em Julho), a equipa de Vítor Constâncio afirmou desconhecer o envolvimento do banco em quaisquer operações “realizadas em território nacional”,

solicitando ele próprio ao DCIAP informações sobre os motivos do pedido de esclarecimentos.

Ao que o DCIAP respondeu com a “existência de indícios” do desenvolvimento em Portugal “de operações activas, concessões de financiamento, a favor de pessoas e entidades residentes em Portugal”.

E foi só a 2 de Janeiro deste ano que o BdP informou o Ministério Público que haviam sido detectadas “duas

17

Em 2004, tinham sido detectadas movimentações de 17 milhões de euros que envolviam o Banco Insular

transferências de fundos.” A primeira consistiu numa transferência de 11 milhões de euros ordenada em Abril de 2004 pela sociedade Voilpart SGPS, a partir de uma conta no BPN, para a conta do Insular no Montepio Geral. O segundo movimento foi uma ordem de pagamento de seis milhões de euros, ordenada em Junho de 2004 pelo Insular, da sua conta no Montepio Geral para a conta da Truspart SGPS no então Crédito Predial Português (hoje Santander Totta).

Na audição parlamentar em que foi chamado a responder a questões sobre o caso BPN (em Novembro passado), Vítor Constâncio admitiu que o Insular só atraiu a atenção do regulador em 2007. Dias depois da carta enviada ao DCIAP em Janeiro, o BdP enviou uma carta à administração do BPN com cerca de 30 perguntas, algumas delas fazendo já referência a sociedades *off-shore*.

Mas o certo é que, mesmo depois de ter sido alertado em Março pela existência de uma investigação a correr no DCIAP sobre a “eventual prática de crime de branqueamento de vantagens de origens ilícitas”, Constâncio esperou até Maio para obter respostas do BPN. Foi nessa altura que obteve uma confissão parcial de diversas ilicitudes pela mão do então presidente da administração do BPN, Abdool Vakil.

Em Junho receberia uma confissão total dessas mesmas ilicitudes (entre elas recepção ilegal de depósitos, burla informática, insolvência dolosa, favorecimento de credores e burla quantificada e, principalmente, um buraco de 409 milhões de euros nas contas do Insular), mas só no final de Agosto denunciou o caso à Procuradoria-Geral da República.